

CONSULTA PRÉVIA N.º 3126/2024

Caderno de Encargos

AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE MERCHANDISING E
PRODUÇÃO GRÁFICA PARA A NOVA FCT

ÍNDICE

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS

CLÁUSULA 1.^a

Objeto

CLÁUSULA 2.^a

Duração do Contrato

CLÁUSULA 3.^a

Prazo e entrega dos bens

CLÁUSULA 4.^a

Requisitos do fornecimento e Local de entrega

CLÁUSULA 5.^a

Forma de documentos contratuais

CLÁUSULA 6.^a

Preço base

CLÁUSULA 7.^a

Preço contratual e condições de pagamento

CLÁUSULA 8.^a

Obrigações do Adjudicatário

CLÁUSULA 9.^a

Responsabilidade do Adjudicatário

CLÁUSULA 10.^a

Dever de recíproca correção

CLÁUSULA 11.^a

Penalidades

CLÁUSULA 12.^a

Gestor do contrato

CLÁUSULA 13.^a

Comunicações e notificações

CLÁUSULA 14.^a

Patentes, licenças e marcas registadas

CLÁUSULA 15.^a

Subcontratação ou cessão da posição contratual

CLÁUSULA 16.^a

Sigilo

CLÁUSULA 17.^a

Casos fortuitos ou de força maior

CLÁUSULA 18.^a

Proteção de dados pessoais – Conformidade Legal

CLÁUSULA 19.^a

Rescisão do contrato

CLÁUSULA 20.^a

Direito aplicável

CLÁUSULA 21.^a

Foro competente

PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS

CLÁUSULA 22.^a

Equivalência Técnica

CLÁUSULA 23.^a

Especificações técnicas

CLÁUSULA 24.^a

Modo de Fornecimento

CLÁUSULA 25.^a

Ato de entrega dos bens

CLÁUSULA 26.^a

Verificação e aceitação dos bens

CLÁUSULA 27.^a

Critérios Ambientais a adotar no Fornecimento

CLÁUSULA 28.^a

Acesso ao Campus

CLÁUSULA 29.^a

Regulamentação interna da NOVA FCT

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS

Cláusula 1.^a

Objeto

1. O presente procedimento tem por objeto a aquisição de material de *merchandising* e produção gráfica para a Universidade Nova de Lisboa através da sua Unidade Orgânica Faculdade de Ciências e Tecnologia | NOVA FCT, em regime de fornecimento contínuo, nas condições estabelecidas nas cláusulas do presente Caderno de Encargos.

2. A presente aquisição encontra-se classificada no Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (Regulamento (CE) n. °213/2008), com o Código 22462000-6 – Material Publicitário.

Cláusula 2.^a

Duração do Contrato

1. O contrato a celebrar no âmbito do presente procedimento terá vigência até ao dia 31 de dezembro de 2025, com início a partir da data da sua assinatura, independentemente de a duração efetiva do período contratual não exceder o termo estabelecido, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

2. O contrato cessará automaticamente com o decurso do prazo estabelecido ou com o alcance do limite do valor total contratual, considerando-se igualmente cessado sempre que o valor remanescente seja inferior ao preço unitário do artigo com o menor custo, consoante o que primeiro ocorrer em qualquer das situações previstas.

3. O contrato não prevê qualquer renovação do prazo, pelo que a **NOVA FCT** não assumirá quaisquer obrigações contratuais, incluindo pagamentos, relativamente a bens fornecidos pelo cocontratante para além do termo do prazo contratual ou do limite máximo do valor contratual estipulado.

Cláusula 3.^a

Prazo e entrega dos bens

1. O Adjudicatário obriga-se a proceder à entrega dos bens objeto do presente procedimento, mediante solicitação formal da Divisão de Eventos e Protocolo (DEVP) e da Divisão de Comunicação e Imagem (DCI) da NOVA FCT, nos termos estabelecidos no presente Caderno de Encargos.

2. A entrega deverá ocorrer durante o horário normal de expediente da NOVA FCT (das 9h00 às 17h00 em dias úteis), no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar da data da requisição do material.
3. Sempre que se verifique uma situação de força maior, devidamente comprovada, e que implique a suspensão da entrega, deve o Adjudicatário requerer por escrito à **NOVA FCT** a concessão de uma prorrogação do respetivo prazo de entrega.
4. Quando não existir disponibilidade para a entrega do bem solicitado e referenciado nas especificações técnicas, deverá o Adjudicatário propor outro bem para substituir o que se encontrar em falta, não podendo deste facto resultar qualquer acréscimo de preço para a **NOVA FCT**.
5. Na situação referida no número anterior, o Adjudicatário deverá fornecer todos os elementos necessários à avaliação da adequação da substituição proposta, nomeadamente as especificações técnicas e amostras dos bens.
6. Caso o atraso se deva a outras situações que não sejam enquadráveis nos casos mencionados nos números anteriores, a **NOVA FCT** poderá considerar o referido atraso como incumprimento nos termos e para efeitos do disposto no presente caderno de encargos.
7. A entrega dos bens deverá ser obrigatoriamente acompanhada de uma guia de remessa, na qual constem, de forma clara e completa, os seguintes elementos: a data de entrega, a data da encomenda, a Divisão requisitante ou a referência à requisição emitida pela NOVA FCT, bem como a identificação dos bens fornecidos (incluindo referência, marca e quantidade).
8. A cópia da guia de remessa, devidamente assinada e carimbada pela NOVA FCT, servirá como comprovativo formal da entrega dos bens.

Cláusula 4.^a

Requisitos do fornecimento e Local de entrega

1. Os fornecimentos serão realizados mediante indicação expressa, por escrito, e em conformidade com as necessidades específicas da entidade adjudicante, sendo estas transmitidas através da Divisão de Eventos e Protocolo (DEVP) e da Divisão de Comunicação e Imagem (DCI) da NOVA FCT.
2. Compete à Divisão de Eventos e Protocolo (DEVP) a gestão e requisição do material de *merchandising*, enquanto à Divisão de Comunicação e Imagem (DCI) cabe a responsabilidade pela gestão e requisição dos materiais de produção gráfica, nos termos do presente caderno de encargos.
3. A NOVA FCT não se vincula à encomenda da quantidade indicada em cada artigo no anexo A, o valor é meramente indicativo e baseado em dados históricos.

4. Durante a vigência do contrato todas as aquisições dos artigos listados no anexo A são realizadas ao abrigo deste procedimento.

5. A requisição dos bens será realizada por correio eletrónico, sendo que:

- a) As requisições relacionadas com o material de merchandising deverão ser efetuadas pela Divisão de Eventos e Protocolo (DEVP);
- b) As requisições relativas à produção gráfica serão realizadas pela Divisão de Comunicação e Imagem (DCI).

6. Os endereços de correio eletrónico a utilizar para este efeito serão indicados em sede de contrato a celebrar ou, caso necessário, posteriormente, no âmbito da execução contratual, através do gestor do contrato. Estas informações serão disponibilizadas de forma clara e atempada, assegurando a operacionalização eficiente das requisições.

7. As entregas são da responsabilidade exclusiva do adjudicatário e deverão ser efetuadas dentro dos prazos estabelecidos no presente Caderno de Encargos, contados a partir da data da concretização da encomenda.

8. Por cada dia de atraso na entrega, a entidade adjudicante reserva-se o direito de exigir o pagamento de uma pena pecuniária, nos termos definidos no presente Caderno de Encargos, sem prejuízo de outras sanções ou medidas que sejam aplicáveis, incluindo a resolução do contrato, caso o incumprimento persista.

9. O fornecimento contínuo dos bens será efetuado diretamente nas instalações da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade NOVA de Lisboa (NOVA FCT), localizadas no *Campus* da Caparica, 2829-516 Caparica, de acordo com a seguinte distribuição:

- **Material de Merchandising:** Entrega na Divisão de Eventos e Protocolo (DEVP), situada na sala 2.9 do Edifício Centro de Excelência do Ambiente; e,
- **Produção Gráfica:** Entrega na Divisão de Comunicação e Imagem (DCI), situada na sala 2.2 do mesmo edifício.

10. As entregas deverão cumprir rigorosamente os termos e condições estabelecidos no presente Caderno de Encargos, bem como as especificações definidas em sede de execução contratual.

11. O valor da proposta já deverá contemplar todos os custos associados com a entrega dos bens adjudicados nas instalações da NOVA FCT.

Cláusula 5.^a

Forma de documentos contratuais

1. O contrato será reduzido a escrito.
2. Fazem parte integrante do contrato, os seguintes documentos:
 - a) Os suprimientos dos erros e omissões do Caderno de Encargos identificados pelas entidades convidadas, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativas ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos à proposta adjudicada prestados pelo Adjudicatário.
3. Em caso de discrepância entre os vários elementos que compõem o contrato, prevalece a ordem por que vêm enunciados no número anterior.

Cláusula 6.^a

Preço base

1. O preço base (preço máximo que a **NOVA FCT** se dispõe a pagar pela execução do contrato a celebrar) é de **74.999,00 € (setenta e quatro mil, novecentos e noventa e nove euros)**, que limita e estabelece o preço contratual e a despesa máxima autorizada para o fornecimento contínuo de bens ao longo da execução contratual, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, quando aplicável.
2. Para o presente procedimento, embora já tenha sido estabelecido um preço contratual, considerando a natureza do mesmo como sendo em regime de fornecimento contínuo, foi fixado um preço base unitário para cada artigo, tanto no âmbito do material de merchandising como no da produção gráfica, nos termos do Anexo A - Mapa de Quantidades Estimadas e Preços e, das peças do procedimento.
3. A fixação do preço base resulta da valoração do preço contratual resultante de procedimentos anteriores, para fornecimentos idênticos.
4. O preço referido no número um da presente cláusula, inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à **NOVA FCT**, nomeadamente despesas de transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, administrativas, formação, apoio técnico, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças, ao longo do período de vigência do contrato.

Cláusula 7.^a

Preço contratual e condições de pagamento

1. Pelo fornecimento dos bens a requisitar no âmbito do contrato a celebrar, bem como pelo cumprimento das demais obrigações previstas no presente Caderno de Encargos, a NOVA FCT procederá ao pagamento ao Adjudicatário dos preços unitários constantes da proposta adjudicada.

2. Para o preço contratual, foram estabelecidos valores de referência destinados a orientar o consumo por cada uma das Divisões, sem que isso constitua uma obrigação vinculativa para a NOVA FCT relativamente à aquisição de bens específicos correspondentes a esses montantes. Nesse sentido, adota-se a seguinte distribuição orientadora:

a) **Divisão de Eventos e Protocolo (DEVP):** 49.427,00 € (quarenta e nove mil quatrocentos e vinte e sete euros), destinado a materiais de merchandising necessários para a organização e execução de eventos institucionais.

b) **Divisão de Comunicação e Imagem (DCI):** 19.777,00 € (dezanove mil setecentos e setenta e sete euros), para produção gráfica personalizada de materiais como brochuras, *flyers* e sinalética.

c) O valor remanescente de 5.795,00 € (cinco mil setecentos e noventa e cinco euros), poderá ser utilizado por qualquer uma das Divisões, desde que respeitados os limites estabelecidos no contrato e nas peças do procedimento.

3. A presente distribuição visa assegurar uma gestão eficiente e orientada do fornecimento, permitindo flexibilidade no consumo dentro dos limites contratuais, sem prejuízo da obrigatoriedade de observância do preço contratual fixado de 74.999,00 €.

4. O pagamento do preço será efetuado após a entrega efetiva dos bens correspondentes a cada uma das requisições, em conformidade com as condições estabelecidas no presente caderno de encargos.

5. A NOVA FCT não estará vinculada ao consumo de quantidades mínimas nem ao preço contratual, de acordo com os termos estabelecidos nos números seguintes.

6. No decurso da execução do contrato, a NOVA FCT pagará apenas o material efetivamente entregue, sendo que, no caso de não ser atingido o valor total contratual, tal não confere ao Adjudicatário direito de ser indemnizado, seja a que título for.

7. As quantias devidas, nos termos do número anterior, devem ser pagas pela **NOVA FCT** ao Adjudicatário no prazo **de trinta dias** após a receção da respetiva fatura com discriminação dos itens fornecidos e do

cumprimento dos requisitos necessários, nomeadamente o registo do compromisso na fatura e a verificação da situação contributiva relativamente a impostos e contribuições para a segurança social.

8. É obrigatória a emissão de faturas eletrónicas por parte do Adjudicatário, as quais devem cumprir os requisitos legais inerentes à emissão das mesmas, assim como as disposições vertidas na Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, nomeadamente indicando o número de compromisso na própria fatura.

9. As faturas relativas ao fornecimento no âmbito do presente procedimento deverão mencionar os dados que serão comunicados ao Adjudicatário após a celebração do contrato.

10. Só serão aceites faturas que sejam devidamente emitidas observando o disposto nos números anteriores.

11. Em caso de discordância por parte da **NOVA FCT**, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao Adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o mesmo obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida, suspendendo-se o prazo de pagamento até à regularização da situação.

12. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, as faturas serão pagas através de transferência bancária.

13. Em caso de atraso da **NOVA FCT** no cumprimento do prazo de pagamento, são devidos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora.

14. Sendo solicitado pelo fornecedor adiantamentos de preço, os mesmos só poderão ser efetuados nos termos do artigo 292º do CCP.

Cláusula 8.ª

Obrigações do Adjudicatário

Sem prejuízo das demais obrigações previstas no presente caderno de encargos e na legislação aplicável, o Adjudicatário obriga-se:

- a) A fornecer os bens objeto do presente caderno de encargos a celebrar de acordo com o solicitado no presente caderno de encargos, designadamente a manter inalteradas, durante a execução do contrato, as condições comerciais constantes na sua proposta e obrigando-se a proceder à substituição de qualquer bem que não esteja em conformidade com o pretendido no prazo máximo de **2 (dois) dias** úteis;

b) Ao cumprimento do disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) - Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 e na Lei da Proteção de Dados Pessoais – Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto;

c) Ao sigilo de quaisquer informações que obtenha em virtude da execução do contrato, salvo se prévia e expressamente autorizado pela entidade contratante, nos termos e para os efeitos da Lei de Proteção de Dados Pessoais;

d) A proceder à sua entrega na entidade adjudicante, nos termos das disposições do presente Caderno de Encargos, de acordo com a respetiva proposta.

Cláusula 9.ª

Responsabilidade do Adjudicatário

1. O Adjudicatário responde pelos danos que causar à **NOVA FCT** em razão do incumprimento culposos das obrigações que sobre ele impendam, nos termos legais aplicáveis.
2. Sempre que resultem da incorreta execução do contrato, da atuação ou comportamento (culposos ou negligentes) deficientes, incorretos ou pouco zelosos do pessoal do Adjudicatário, ou da falta de segurança ou qualidade dos materiais utilizados, são da responsabilidade do Adjudicatário a reparação e indemnização dos prejuízos ou danos causados à **NOVA FCT** ou a terceiros até à execução definitiva do contrato.
3. A responsabilidade consignada no número anterior é, contudo, afastada desde que comprovadamente, os danos ou prejuízos causados decorram de motivos não imputáveis ao Adjudicatário e seus trabalhadores ou que resultem da própria natureza ou conceção do fornecimento adjudicado.
4. O Adjudicatário é responsável pelos possíveis danos ou extravios comprovadamente provocados pelo pessoal ao seu serviço e quaisquer prejuízos que resultem do não cumprimento do contrato.
5. São da responsabilidade do Adjudicatário os encargos com a formação do pessoal afeto à execução do contrato e a esta necessária.
6. O Adjudicatário é responsável pelo cumprimento de todas as obrigações legais e regulamentares em vigor, relativas à proteção e às condições de trabalho do seu pessoal, nomeadamente no que concerne à organização do tempo de trabalho, aos direitos e garantias conferidos aos trabalhadores, ressaltando-se os referentes a remuneração, proteção da segurança, saúde e assistência em caso de acidente de trabalho nos termos da legislação aplicável e em vigor.

7. O Adjudicatário responde ainda perante a **NOVA FCT** pelos danos causados pelos atos e omissões de terceiros, por si empregues na execução de obrigações emergentes do contrato a celebrar, como se tais atos ou omissões fossem praticados por aquele.

Cláusula 10.^a

Dever de recíproca correção

1. As partes comprometem-se a respeitar o dever de urbanidade e de correção nas suas relações contratuais.
2. No caso de algum seu trabalhador ou agente violar o dever de urbanidade e correção supramencionado para com algum trabalhador ou agente da **NOVA FCT**, o Adjudicatário compromete-se a, caso se mostre possível, substituir esse trabalhador ou agente por outro no âmbito da execução do contrato a celebrar.
3. Da decisão prevista no número anterior, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, haverá sempre contraditório.

Cláusula 11.^a

Penalidades

1. Em caso de incumprimento culposo ou negligente das obrigações contratuais, designadamente quando o Adjudicatário se recusar ou se atrasar no fornecimento dos bens necessários à execução do contrato a celebrar na sequência do presente procedimento, e sem prejuízo das demais sanções decorrentes da lei geral ou especial ou das peças processuais deste procedimento, a **NOVA FCT** aplicará a penalização constante no número seguinte.
2. Por não cumprimento com as entregas conforme estabelecido no presente caderno de encargos, o Adjudicatário terá a penalização de **1%** do respetivo preço por cada dia de atraso sobre o valor da encomenda em falta.
3. Em caso de incumprimento com as entregas ou em caso de cumprimento defeituoso que resulte na necessidade da **NOVA FCT** adquirir os bens em falta ou defeituosamente entregues a outro fornecedor, a **NOVA FCT** poderá impor ao Adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária correspondente ao montante da diferença de preço e restantes encargos pagos resultantes dessa aquisição face ao preço constante da proposta apresentada.
4. As penas pecuniárias, prevista para o incumprimento de acordo com o número anterior, será deduzida aos valores que venham a ser devidos pela **NOVA FCT**.

5. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Adjudicatário, a **NOVA FCT** pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 5% do valor base do contrato.
6. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo Adjudicatário ao n.º 1 da presente cláusula, relativamente aos serviços objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.
7. Na determinação da gravidade do incumprimento, a **NOVA FCT** tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Adjudicatário e as consequências do incumprimento.
8. Caso a aplicação de qualquer sanção ou o seu conjunto atingir um valor superior a 20% (vinte por cento) do preço contratual, a **NOVA FCT** reserva-se o direito de optar pela resolução do contrato nos termos estabelecidos neste Caderno de Encargos e no disposto no artigo 329º do CCP.
9. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º2 do artigo 308º do CCP.
10. O disposto nos números anteriores não tem natureza indemnizatória, não implicando o recebimento daquele montante qualquer renúncia ao direito de a **NOVA FCT** ser compensada pelos danos excedentes causados pelo Adjudicatário em consequência de mora ou não cumprimento de alguma das obrigações estabelecidas no presente caderno de encargos.

Cláusula 12.^a

Gestor do contrato

1. Para acompanhar permanentemente a execução do contrato relativo ao presente procedimento, o Gestor de Contrato nomeado, ao abrigo do disposto no artigo 290.º-A do CCP, será indicado no respetivo contrato.
2. É da responsabilidade do Gestor do Contrato acompanhar permanentemente a execução deste, em nome da Entidade Adjudicante, ao abrigo do Art.º 290.º - A do Código dos Contratos Públicos.
3. Caso o Gestor do Contrato detete desvio, defeitos e outras anomalias na execução do contrato, deve comunica-los de imediato à Entidade Adjudicante, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas, que em cada caso, se revelem adequadas e que sobre ele impendam, nos termos legais aplicáveis.

Cláusula 13.^a

Comunicações e notificações

1. Em sede de execução contratual, todas as notificações da **NOVA FCT** dirigidas ao Adjudicatário são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado ou correio eletrónico, de acordo com os elementos a indicar pelo Adjudicatário na proposta.
2. Em sede de execução contratual, todas as notificações do Adjudicatário dirigidas à **NOVA FCT** são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado ou correio eletrónico, de acordo com os seguintes elementos:

Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (**NOVA FCT**)

Morada: Campus de Caparica – Quinta da Torre; 2829-516 Caparica

Telefone: 351 212 948 577

Endereço eletrónico: a indicar no contrato

3. Qualquer comunicação ou notificação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante na respetiva comunicação de receção transmitida pelo recetor para o emissor.

Cláusula 14.^a

Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade do Adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no âmbito do contrato, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso a **NOVA FCT** venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o Adjudicatário indemniza de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja por que título for.

Cláusula 15.^a

Subcontratação ou cessão da posição contratual

1. O Adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual, ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato, sem autorização prévia da **NOVA FCT**, incluindo subcontratar, nos termos do disposto no Artigo 318º do CCP.

2. Em caso de incumprimento, pelo Adjudicatário das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o Adjudicatário cede a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual venha a ser celebrado nos termos do disposto no Artigo 318º - A do CCP.
3. A cessão da posição contratual prevista no número anterior, opera por mero efeito de ato da **NOVA FCT** sendo eficaz a partir da data por esta indicada.

Cláusula 16.ª

Sigilo

1. O Adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à **NOVA FCT**, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do respetivo contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do respetivo contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Adjudicatário, ou que este seja legalmente obrigado a revelar por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou de outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 17.ª

Casos fortuitos ou de força maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, for impedida de cumprir as obrigações assumidas no contrato.
2. Não podem ser impostas penalidades ao Adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de força maior ou casos fortuitos, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
3. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios

internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

4. Não constituem força maior, designadamente:

- a) circunstâncias quer não constituam força maior para os subcontratados do Adjudicatário, na parte em que intervenham;
- b) greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Adjudicatário de normas legais;
- e) incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) avarias nos sistemas informáticos ou mecanismos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

5. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

6. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante de força maior.

7. Havendo situações pontuais de trabalhadores que se recusem a prestar serviço por conflitos com o patronato, o Adjudicatário obriga-se a substituir esses trabalhadores no mesmo dia. Se a substituição não for possível, por cada trabalhador em falta, serão descontados esses serviços na mensalidade referente ao mês seguinte em que se der esta situação.

Cláusula 18.^a

Proteção de dados pessoais – Conformidade Legal

1. As partes obrigam-se a aplicar as regras relativas à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento e circulação de dados, previstas no Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (Regulamento Geral de Proteção de Dados).

2. Em caso de conflito de aplicação ou interpretação de cláusulas do contrato, anexos ou outros elementos dele integrantes e o Regulamento Geral sobre Proteção de Dados, prevalecem as disposições deste último.

3. O Adjudicatário obriga-se a efetuar o tratamento de dados pessoais de pessoas singulares que lhe sejam transmitidos, obtidos ou dados a conhecer no âmbito da execução do presente Caderno de Encargos, de acordo com o disposto no Regulamento Geral sobre Proteção de Dados, tendo especialmente em consideração o seguinte:

- a) Os dados pessoais devem ser tratados de forma que garanta a sua segurança, e prevista a sua divulgação ou acesso não autorizados;
- b) A recolha de dados pessoais está limitada ao estritamente necessário para a finalidade pretendida;
- c) Os dados pessoais recolhidos para uma finalidade específica não podem ser tratados de forma incompatível com essa finalidade;
- d) Os dados pessoais não devem ser conservados durante mais tempo do que o necessário;
- e) Os dados pessoais são objeto de tratamento lícito, leal e transparente, em conformidade com a legislação aplicável;
- f) Em caso de violação de dados pessoais aplica-se o disposto no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados.

4. O Adjudicatário autoriza a **NOVA FCT** a verificar, em qualquer momento da execução do contrato, se as normas previstas no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados estão a ser cumpridas, obrigando-se a prestar a colaboração e esclarecimentos necessários para o efeito.

5. O Adjudicatário declara, para os devidos e legais efeitos, que os dados pessoais dos seus trabalhadores que sejam transmitidos à **NOVA FCT** foram obtidos em conformidade com o disposto no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados.

Cláusula 19.^a

Rescisão do contrato

1. O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.

2. Sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais aplicáveis, a **NOVA FCT** poderá resolver o contrato nas situações previstas nos artigos 333º a 335º do CCP, nomeadamente no caso de o Adjudicatário não fornecer os bens no prazo e nas restantes condições estabelecidas no presente caderno de encargos ou na proposta apresentada.

Cláusula 20.^a

Direito aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente documento aplicam-se o regime previsto no CCP e demais legislação aplicável.

Cláusula 21.^a

Foro competente

O foro competente para a resolução de litígios relacionados com a execução do contrato é o Tribunal Administrativo de Lisboa.

PARTE II - Cláusulas técnicas

Cláusula 22.^a

Equivalência Técnica

Nos termos do disposto no n.º 9 do artigo 49.º do CCP, sempre que se verifiquem quaisquer menções a marcas comerciais, patentes, tipos, origens ou modos de produção deve considerar-se, em tais casos, a menção “ou equivalente”.

Cláusula 23.^a

Especificações técnicas

1. O fornecimento objeto do presente procedimento compreende a aquisição material de *merchandising* e produção gráfica para a **NOVA FCT**, por parte do Adjudicatário, em conformidade com as especificações técnicas, quantidades estimadas e preços base unitários máximos definidos no **Anexo A - Mapa de Quantidades Estimadas e Preços**, o qual será fornecido à medida que for sendo necessário, de acordo com as necessidades da NOVA FCT, durante a vigência do contrato ou até ao valor máximo do preço contratual, nos termos definidos no presente caderno de encargos.
2. Durante o período de vigência do contrato, o adjudicatário obriga-se a garantir o fornecimento contínuo dos bens especificados no **Anexo A - Mapa de Quantidades Estimadas e Preços**, ao preço unitário constante na sua proposta.
3. O adjudicatário deverá assegurar que os itens sejam fornecidos de acordo com as condições e quantidades acordadas, mantendo os preços unitários estabelecidos durante todo o período contratual
4. Os artigos a fornecer devem ser iguais à imagem e respetivas características descritas no **Anexo A - Mapa de Quantidades Estimadas e Preços**.
5. As quantidades requisitadas para cada artigo devem ser entregues nas cores e tamanhos (quando aplicável) indicados para cada item.
6. O tipo de impressão será de uma a duas cores, de acordo com o produto conforme indicado no **Anexo A - Mapa de Quantidades Estimadas e Preços**.
7. O logotipo da **NOVA FCT** a imprimir será enviado para o Adjudicatário após a adjudicação.

Cláusula 24.^a

Modo de Fornecimento

1. Nos termos da cláusula anterior, não estão estabelecidas quantidades mínimas *ab initio*, apenas está definido o preço máximo que a NOVA FCT está disposta a pagar pelo fornecimento total dos bens indicados no Anexo A - Mapa de Quantidades Estimadas e Preços, quando efetivamente consumidos. Este preço máximo é aplicado em conformidade com a proposta adjudicada, considerando os preços unitários.
2. As encomendas serão efetuadas pelo gestor do contrato para o endereço eletrónico indicado pelo Adjudicatário na sua proposta.
3. Em cada requisição, a **NOVA FCT** indicará as quantidades e respetivo local do *Campus* da Caparica onde deverá ser entregue cada encomenda, nos termos previstos no presente caderno de encargos.
4. O Adjudicatário deverá efetuar a entrega com correspondente distribuição dos bens de acordo com as quantidades indicadas em cada pedido.
5. O adjudicatário deverá garantir que o fornecimento contínuo dos bens requisitados seja realizado diretamente nos edifícios, bem como nos gabinetes, laboratórios, armazéns e outros locais designados para tal efeito, conforme especificado no momento de cada requisição.
6. O transporte e entrega dos bens objeto do presente procedimento serão da responsabilidade do Adjudicatário.
7. O fornecimento dos bens objeto do presente procedimento, deverá ocorrer no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis** após requisição.
8. As embalagens que não estejam em conformidade com as especificações solicitadas e/ou os bens que apresentem defeito de fabrico ou que não cumpram as condições de entrega previstas na presente cláusula, sem prejuízo do cumprimento integral do presente caderno de encargos e da proposta adjudicada, deverão ser corretamente substituídos ou reenviados pelo Adjudicatário no prazo máximo **2 (dois) dias úteis** após a comunicação formal da NOVA FCT.
9. Todas as despesas relacionadas com tais substituições ou reenvios serão da responsabilidade exclusiva do Adjudicatário.

Cláusula 25.^a

Ato de entrega dos bens

A entrega dos bens é sempre acompanhada de guia de remessa/transporte da qual deve constar, designadamente:

- a) A data de entrega;
- b) Identificação do Adjudicatário;
- c) Identificação da **NOVA FCT** e local de entrega;
- d) Data da encomenda e número da requisição emitida pela **NOVA FCT**;
- e) A indicação dos bens deverá incluir o modelo, a marca, o número de série e outros dados descritivos que detalhem as suas características.

Cláusula 26.^a

Verificação e aceitação dos bens

1. Efetuada a entrega, e após a **NOVA FCT** ter procedido à verificação dos bens, esta por si ou através de terceiro designado para o efeito, procede à aceitação provisória dos mesmos através de uma inspeção quantitativa e qualitativa, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem às quantidades estabelecidas na requisição e se reúnem os requisitos técnicos e funcionais definidos nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Durante a fase de inspeção dos bens objeto do contrato, o Adjudicatário deve prestar toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.
3. Em caso de silêncio da **NOVA FCT**, findo o prazo de dois dias após a aceitação provisória, os bens consideram-se aceites definitivamente, ocorrendo a transferência da posse e da propriedade dos mesmos para a **NOVA FCT**, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia e suporte que impendem sobre o Adjudicatário.
4. No caso de a inspeção referida no n.º 1 não comprovar a total operacionalidade dos bens, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com os requisitos técnicos e funcionais definidos nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos, a **NOVA FCT**, por si ou através de terceiro designado para o efeito, deve de disso informar, por escrito, o Adjudicatário.
5. No caso previsto no número anterior, o Adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo referido nos números seguintes, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e dos requisitos técnicos e funcionais exigíveis.
6. O Adjudicatário dispõe de um prazo máximo de **2 (dois) dias úteis** a contar da comunicação referida no n.º 4, para proceder à substituição dos bens em caso de rejeição dos mesmos ou para suprir as deficiências e irregularidades detetadas durante a entrega e que não impliquem a rejeição dos bens. Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo Adjudicatário, no prazo respetivo, a **NOVA FCT** procede à realização de nova inspeção, nos termos dos números anteriores.

7. A aceitação dos bens objeto do contrato não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias com as exigências legais ou com os requisitos técnicos e funcionais previstos nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos.
8. A rejeição dos bens disponibilizados, nos termos da presente cláusula, não confere ao Adjudicatário o direito a qualquer indemnização.
9. A rejeição dos bens por parte da **NOVA FCT**, confere-lhe o direito a ser indemnizada pelos custos incorridos e prejuízos sofridos, sem prejuízo da aplicação das devidas penalidades.

Cláusula 27.^a

CrITÉRIOS Ambientais a adotar no Fornecimento

No âmbito do contrato a celebrar na sequência do presente procedimento, o Adjudicatário deverá cumprir critérios ambientais com o objetivo de fornecer os bens em afetos ao fornecimento com impacto ambiental reduzido, para o efeito deverá:

- a) Assegurar a eliminação de todos os resíduos produzidos no âmbito do fornecimento, com total respeito pelas normas e boas práticas aplicáveis;
- b) Minimizar a utilização de plástico, cartão ou papel como embalagem dos produtos, maximizando a reutilização destes produtos para outros serviços;
- c) Assegurar que todos os intermediários no processo de fornecimento, cumprem a legislação nacional, internacional ou da UE em matéria ambiental;
- d) Assegurar a formação dos colaboradores envolvidos no fornecimento com vista à prevenção do desperdício energético;
- e) Assegurar que os equipamentos sejam fornecidos com instruções de gestão de desempenho ecológico.

Cláusula 28.^a

Acesso ao *Campus*

1. O acesso ao *Campus* da **NOVA FCT** deverá ser sempre efetuado pela portaria principal.
2. O Adjudicatário deverá informar a **NOVA FCT** com antecedência do dia e hora das entregas de material.
3. É obrigatória a identificação de todos os técnicos da equipa com o logo da empresa, tanto no acesso ao *campus* da **NOVA FCT** como durante a efetivação do fornecimento.

Cláusula 29.^a

Regulamentação interna da NOVA FCT

1. O Adjudicatário deverá garantir o cumprimento das normas de segurança e do Código de Conduta Ambiental em vigor na **NOVA FCT (Anexo B)**.
2. O Adjudicatário deverá inteirar-se dos condicionalismos e riscos próprios do contrato relativos ao fornecimento, não se admitindo reclamações com fundamento no seu desconhecimento, considerando-se que, aquando da apresentação da proposta, se inteirou dos pormenores relativos à natureza, execução e dificuldades do fornecimento objeto do contrato a celebrar na sequência do presente procedimento.